

Gramática: Ensinar ou não, eis a questão.

Priscila Almeida Lopesⁱ

Por que a Gramática tem causado tanta polêmica entre os profissionais da educação? Afinal ela deve ou não deve ser ensinada nas escolas? Por que o ensino de gramática vem sendo questionado? O que pensam os professores sobre essa questão? Como reagiriam os pais e os alunos diante de uma nova metodologia de ensino? E os professores estão preparados para essa nova prática?

Se lembrarmos das aulas de português que tivemos na escola, logo virá em nossa memória um confuso emaranhado de regras e nomenclaturas: sim, é ela mesma: a gramática normativa, acompanhada de toda a sua terminologia, classificações, conjugações, regras, funções, etc. Não foi exatamente isso que veio à sua mente? Experimente, agora, refletir sobre o que restou de todo esse arcabouço teórico... Certamente você não terá uma resposta 100% segura. Exatamente por isso, muitas pessoas acreditam que, embora exista uma perspectiva de aprendizagem em aulas totalmente embasadas na teoria gramatical, ela não sustenta uma porcentagem aceitável, isto é, quase sempre, é impossível que o aluno saia da escola sabendo escrever adequadamente. Por outro lado, há pessoas que acreditam na força desse método tradicional de ensinar a gramática, pois alegam que tiveram o mesmo ensino e aprenderam naturalmente, praticando e aplicando as regras em suas produções textuais.

Uma das maiores discussões no âmbito educacional é justamente esse: o ensino de língua portuguesa, hoje, é considerado “arcaico” devido ao uso de métodos totalmente teóricos, sem nenhuma significação e/ou aplicabilidade na vida dos alunos que, por sua vez, quase sempre, não conseguem estabelecer relações entre a teoria gramatical e a prática de texto.

Entretanto, existem muitos professores que defendem o ensino de gramática normativa nas escolas, pois acreditam que ela possui suas correlações na vida cotidiana do aluno, uma vez que, estando seguros de seu funcionamento, bem como o uso das regras e exceções regidas pela gramática, eles poderão aplicá-las à sua prática textual. Conforme acreditam esses professores, o “saber escrever” está diretamente ligado à prática de leitura e de escrita, que devem ser respaldadas pelos conceitos gramaticais.

Diante desses procedimentos de leitura, os professores alertam que a escrita sem aplicabilidade gramatical levará o aluno a correr o risco de permanecer no plano das suposições, e não no da certeza. Com isso, questionam: visto que as explicações decorrem das regras gramaticais, como fazê-las sem recorrer à gramática?

Além disso, os professores afirmam que o aluno deve aprender a consultar, tanto o dicionário, quanto a gramática, pois, o que se percebe hoje, é que eles não possuem esse hábito por falta de incentivo da maioria dos professores. A ausência de hábitos como esses prejudica, não só o desenvolvimento do aluno como indivíduo social, como também afeta a sua curiosidade científica, porque

ele estará sempre na dependência de outras pessoas na hora de produzir, ou não se importará com a responsabilidade de sua produção.

Cabe lembrar ainda, que o ensino da gramática normativa não é apenas para proteger ou conservar a composição da língua, como denunciam alguns teóricos e afins, mas, sobretudo, para subsidiar o usuário em suas necessidades textuais e orais, garantindo ainda que esse usuário e falante da língua conheça o funcionamento de sua própria língua materna, possibilitando a total noção de características essenciais que pertencem à sua cultura.

Contudo, a maioria concorda que é o método de ensino que precisa ser mudado, pois acredita que, partindo de sua relevância, a gramática não pode ser “omitida”, devendo ser conhecida pelos usuários da língua, pois assim evitarão que, amanhã, o aluno pergunte: gramática? O que é isso?

Para essa parcela de professores a questão é muito simples: o ensino da língua portuguesa deve ser harmonioso na relação entre o ensino da gramática normativa e a contextualizada, sem descartar completamente as terminologias e regras gramaticais, que são fundamentais para o desenvolvimento cultural e social dos alunos.

Por outro lado, não podemos ignorar os reais resultados, bastante desanimadores, comprovados em pesquisas, exames vestibulares de cunho investigatório.

Muitos professores partem do princípio de que antes de questionarmos o ensino de gramática nas escolas, é necessário que façamos uma análise dos vários tipos de gramáticas adotadas pelas instituições de ensino fundamental e médio passando, rapidamente, por parte de seu processo histórico, com vistas a compreender algumas concepções antigas que levaram a considerá-la como está em seu estágio atual.

Portanto, na tentativa de entendermos melhor quais as abordagens que circundam essa polêmica discussão, partiremos, por meio de registros históricos, seguindo pesquisas que vão desde a concepção primitiva da gramática até os nossos dias atuais.

Segundo a história, o ensino de gramática normativa nem sempre esteve relacionado aos interesses da classe dominante, no entanto, sua sistematização se deu devido a fatores diferentes em vários períodos, tendo início na Grécia, com o objetivo de preservação da cultura clássica e, continuidade com os Romanos. Já no período renascentista, na Itália e, mais tarde, na França, obedecendo ao interesse de veicular ao povo a cultura renascentista por meio da normatização, os intelectuais da época apostavam nisso motivados por fatores ligados a interesses que não faziam, necessariamente, parte da classe dominante.

Partindo disso podemos entender que o ensino de gramática, oferecido hoje pelas escolas, esbarra num equívoco político e pedagógico, ocasionado pelo exposto anterior. No entanto, essa questão do equívoco não está só vinculada aos fatos históricos, e sim em hipóteses que vão desde valores sociais dominantes, estratégias escolares discutíveis, até sobre preconceitos e mitos acerca do ensino da norma padrão em relação à classe dominada. Em resumo, a complexidade de abordagens como essa é bastante alta, visto que levaram a caracterizar o atual ensino da norma que rege a língua portuguesa.

Esse resumo histórico nos permite refletir sobre a situação que nos rodeia hoje e pensando nela perguntamo-nos: afinal, o professor deve ou não ensinar a gramática nas escolas? Diante das circunstâncias atuais e de toda a história de ensino da língua portuguesa podemos eleger uma possível resposta: sim, entretanto não como é ensinada pelo sistema tradicional, pois a forma de se ensinar a gramática é que deve ser mudada.

Há quem diga que alguns profissionais se negam a mudar essa forma de ensinar devido a um ato de comodismo e insegurança que está ligado àquele famoso medo do desconhecido, do novo e essa reação também ocorre com alguns alunos diante de uma nova metodologia de ensino, visto que muitos não conseguem aceitá-la devido a vários fatores, um deles é justamente o comodismo. Portanto, para muitos professores, esse tem sido um dos principais motivos que impede a mudança no processo de ensino-aprendizagem e isso não ocorre somente com o ensino de gramática nas escolas, mas com qualquer outro conteúdo que necessita sofrer alterações no modo de ensiná-lo.

Esse, possivelmente, seria o discurso da classe de professores que acreditam na mudança do ensino de gramática. Mas, por outro lado, como já mencionamos, corremos o risco de ter a opinião contrária de muitos pais e estudantes que não concordariam com a utilização de uma nova metodologia de ensino de língua materna, da mesma forma, poderíamos ter a opinião daqueles que acreditam que o ensino de língua portuguesa não deveria estar restrito à gramática nem tão pouco à sua contextualização, e ainda aqueles que defendem que a gramática deveria ser tratada apenas como um manual de regras.

Diante dessa simulação de opiniões, nos colocamos a pensar em qual seria a melhor atuação do professor em sala de aula, visto que as aulas de português sofrem não apenas com a forma de se ensinar a gramática como também com a maneira que o professor atua em sua prática, ou seja, além de fornecer aos alunos uma orientação válida para a prática de produção de textos respaldados pelas regras gramaticais, o professor precisa encontrar uma maneira dinâmica e eficiente de passar o conteúdo.

Todas essas exigências melhorariam, com certeza, a prática do professor em sala de aula, mas como saber se há uma receita ou um modelo de aula que contemple todas essas premissas?

Não há uma resposta 'mágica', nem receitas ou modelos milagrosos, o que se percebe é que tudo dependerá da atuação do professor. Podemos usar um exemplo que melhor explicaria essa realidade: a receita de um bolo. Nela há toda a orientação necessária, todos os passos a serem seguidos, mas mesmo assim, ainda há pessoas que não conseguem atingir o resultado esperado, talvez porque exageraram no fermento ou na quantidade de leite, mas há pessoas que conseguem acertar perfeitamente o resultado esperado, não porque são mais inteligentes ou espertas, porque elas tiveram um desempenho melhor que nem sempre depende da maneira como o profissional atua, isto é, ações como prestar bastante cuidado ao colocar os ingredientes, ficar atento a todos os passos da receita, ajuda, mas nem sempre garante um bolo 100% perfeito.

A verdade, é que, infelizmente, não há como prever se aquela receita é boa ou não, se dela dependerá o desempenho do professor. Caberá somente a ele descobrir em si mesmo a receita milagrosa que lhe garantirá todo o sucesso de sua prática de ensino em sala de aula.

ⁱ **Priscila Almeida Lopes** Especialista em metodologia de ensino de língua estrangeira – UNIUBE. priscila_a_lopes@yahoo.com.br